Eixo Capital



MILA FERREIRA (INTERINA)
milaneivaf@gmail.com



George Gianni / Agência Brasília

De olho nas mudanças climáticas

A governadora do Distrito Federal, Celina Leão (PP), implementou, ontem, a Política Distrital de Mudança do Clima, que prevê medidas de monitoramento e enfrentamento às mudanças climáticas. O decreto, que conta com cinco capítulos, foi publicado no *Diário Oficial do DF (DODF)* dessa segunda-feira.

A política orienta a atuação integrada dos órgãos e entidades da Administração Pública Distrital na mitigação das emissões de gases de efeito estufa, adaptação às mudanças do clima, redução das vulnerabilidades climáticas, fortalecimento da resiliência territorial e do desenvolvimento sustentável.

"A regulamentação da Política Distrital de Mudança de Clima é um importante passo para preparar o governo e a sociedade para os principais princípios a serem seguidos por todos. Entre eles, a prevenção, a mitigação de situações críticas. O plano estabelece, ainda, ações de planejamento, execução e acompanhamento de iniciativas ambientais, e metas de redução de gases de efeito estufa. Em resumo, é um grande avanço para a preservação ambiental e a segurança de todos", afirmou a governadora à coluna.

Feriado na posse presidencial

O deputado distrital Fábio Felix (PSol) apresentou um Projeto de Lei na Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF) sugerindo que o dia 5 de janeiro se torne um feriado cívico distrital por conta da posse presidencial. O parlamentar também solicitou, oficialmente, ao Governo do Distrito Federal que sejam implementados tarifa zero e ponto facultativo na data da posse. No texto do projeto, Felix argumenta que as posses anteriores aconteceram em 1º de janeiro, feriado já instituído. Em 2027, será a primeira vez em que a posse vai acontecer no dia 5. "Seria um feriado extraordinário, que aconteceria somente de quatro em quatro anos, mas seria um feriado importante para que toda a população do DF tivesse o direito de participar da posse. Vamos batalhar para que o projeto seja aprovado ainda este ano na Câmara", disse Felix.



Ricardo Stuckert



Ello Rizzo/Esp. CB/CB/DA Press

Justiça mantém condenação de delegada

Na última semana, a delegada aposentada Martha Geny Vargas Borraz, responsável pelo início das investigações no caso da 113 Sul, teve a condenação mantida por improbidade administrativa em decorrência da divulgação de informações sigilosas da investigação. A decisão foi da 8ª Turma Cível do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT).

O caso voltou a julgamento após determinação do Superior Tribunal de Justiça (STJ) para que o TJDFT analisasse novamente a condenação à luz das alterações promovidas pela Lei nº 14.230/2021 na Lei de Improbidade Administrativa e do Tema 1.199 do Supremo Tribunal Federal (STF). A nova legislação tornou taxativo o rol de condutas consideradas atos de improbidade e passou a exigir a comprovação de dolo e finalidade específica.

No mesmo julgamento, o colegiado afastou outras condenações impostas à ré. Ao reexaminar o processo, a Turma concluiu que as condutas atribuídas à delegada relacionadas à falsidade ideológica, à fraude processual e à tortura deixaram de se enquadrar nas hipóteses atualmente previstas na Lei de Improbidade Administrativa. Por esse motivo, esses pontos da condenação foram afastados.

O futuro é delas

Transição ecológica e novos modelos industriais entram em debate a partir de hoje, na Esplanada dos Ministérios, durante a 23ª Semana Nacional de Ciência e Tecnologia (SNCT). Com o tema Ciência Delas, a programação traz o Seminário Mulheres na Economia Circular, que reúne pesquisadoras, gestoras públicas e especialistas no auditório do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), das 14h às 15h40. O encontro faz um balanço da Estratégia Nacional de Economia Circular (ENEC) e discute desde o design de produtos pensados para durar mais até a escolha de matérias-primas limpas e negócios que reaproveitam resíduos na indústria. A entrada é gratuita.



Minervino Júnior/CB/D.A Press

Homenagem aos mestres

Uma sessão solene realizada ontem, na Câmara Legislativa do DF (CLDF), homenageou professores e professoras do Distrito Federal. De autoria do deputado distrital Gabriel Magno (PT), a homenagem teve o objetivo de legitimar a relevância social e política da atividade docente.

"Esta solenidade não é apenas um ato de reconhecimento aos professores e professoras, mas também um espaço de luta e resistência. Valorizar o magistério passa, necessariamente, por garantir condições dignas de trabalho nas escolas, salários justos, respeito ao nosso plano de carreira, investimento permanente em formação continuada e atenção efetiva à saúde física e mental dos educadores e educadoras", destacou o parlamentar.

A última pesquisa do Censo Escolar apontou que o DF conta com mais de 30 mil professores em atividade, distribuídos em ensino de educação básica, ensino fundamental, médio, educação de jovens e adultos (EJA), educação especial e educação profissional e tecnológica (EPT).

Punições no esporte para agressores



Julio Dutra

O deputado federal Júlio César Ribeiro (Republicanos-DF) protocolou um Projeto de Lei na Câmara dos Deputados que estabelece medidas de responsabilização disciplinar de atletas que venham a praticar atos de violência contra mulheres. A proposta prevê que atletas que agridem mulheres possam sofrer punições esportivas, como advertência e suspensão. Em casos de excepcional gravidade ou reincidência, o registro do atleta poderá ser cancelado após condenação definitiva. A iniciativa foi motivada pelas agressões contra duas mulheres em um prédio no Rio de Janeiro, envolvendo um lutador de jiu-jítsu.

"Quando vi a notícia dessa agressão no Rio de Janeiro, fiquei pensando na covardia que é usar técnicas de luta para agredir uma mulher. É justo um atleta fazer isso e continuar competindo como se nada tivesse acontecido? Essa pergunta me levou a pesquisar o que a Lei Geral do Esporte previa para esses casos. Como não encontrei nenhuma punição específica, apresentei o projeto. A violência contra a mulher precisa ter consequências em todas as áreas, inclusive no esporte", ressaltou o parlamentar.

Acompanhe a cobertura da política local com *@anacampos_cb*

OPERAÇÃO / Cidadão do Uzbequistão é preso pela Polícia Civil do DF no âmbito da ação Livro E, que apura um esquema de fraudes de certidões para emissão de documentos brasileiros. Dois suspeitos têm ligação com terroristas

Estrangeiro tenta embarcar com passaporte falso

» ADRIANA BERNARDES
» MILA FERNANDES

Um cidadão do Uzbequistão foi preso em flagrante pela Polícia Civil do Distrito Federal (PCDF), no Aeroporto Internacional de Brasília, ao tentar embarcar para o exterior utilizando um passaporte brasileiro obtido de forma fraudulenta. A captura foi realizada pela Coordenação de Inteligência da corporação, a partir de informações repassadas pela Receita Federal e com o apoio operacional da Polícia Federal.

O **Correio** apurou que o suspeito preso pela Polícia Civil pagou US$ 90 mil pelo passaporte brasileiro, o equivalente a R$ 540 mil na cotação de ontem cedo. Ele só não conseguiu sair do país a tempo porque estava fazendo turismo na Floresta Amazônica e ficou sem sinal de celular. A prisão foi efetuada no último dia 16 e divulgada apenas ontem, para não atrapalhar a apuração.

De acordo com a investigação, o suspeito se preparava para embarcar em um voo com destino a São Paulo, onde faria conexão para Dubai, nos Emirados Árabes Unidos. Durante a abordagem, os agentes confirmaram o uso da documentação irregular.

A prisão faz parte da Operação Livro E, que apura um esquema de fraudes baseado na apresentação de certidões de nascimento falsas para a emissão de documentos oficiais brasileiros. Segundo os elementos reunidos pela PCDF, o estrangeiro utilizou um registro civil adulterado para emitir uma Carteira de Identidade Nacional (CIN) no Distrito Federal e, na sequência, conseguiu expedir o passaporte brasileiro.

Após a detenção no terminal aéreo, o investigado foi submetido à audiência de custódia, na qual a Justiça decidiu converter a prisão em flagrante em prisão preventiva. A Polícia Civil informou que as diligências continuam para aprofundar o envolvimento do suspeito no esquema e identificar possíveis coautores ou intermediários responsáveis pela falsificação dos documentos.

A investigação

O esquema da PCDF investiga estrangeiros que teriam conseguido carteiras de identidade brasileiras por meio de certidões de nascimento falsas. Funcionários e ex-funcionários de um cartório no Distrito Federal estariam envolvidos. A fraude consistia na manipulação de registros cartoriais e no uso indevido de selos digitais do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT) para conferir autenticidade a documentos falsificados.

As apurações apontam que o grupo utilizava diferentes mecanismos para viabilizar a emissão das certidões. Em alguns casos, eram criadas matrículas sem correspondência com registros de nascimento existentes. Em outros, informações falsas eram inseridas em assentamentos anteriormente cancelados. Também foram identificados selos digitais vinculados originalmente a outros atos cartoriais, mas reaproveitados para dar aparência de legitimidade aos documentos fraudulentos.

De posse das certidões, os beneficiários solicitavam carteiras de identidade ao Instituto de Identificação da PCDF. Entre os estrangeiros que teriam sido contemplados pelo esquema estão pessoas originárias do Oriente Médio e da Rússia. A investigação também identificou a emissão de um documento de identidade falso para um menor de idade. O caso envolve suspeitas de participação de intermediários, beneficiários e funcionários e ex-funcionários de uma serventia extrajudicial do DF. A investigação teve início após o Instituto de Identificação detectar certidões de nascimento com indícios de fraude.

Em entrevista ao *CB.Poder*, na última semana, o coordenador de inteligência da PCDF, Maurílio Coelho, detalhou os próximos passos e as principais descobertas da investigação. "A Constituição estabelece que quem nasce no exterior, sendo filho de pai ou mãe brasileiro e registrado na repartição brasileira competente, pode trasladar uma certidão consular para o Brasil. A Lei de Registros Públicos define que esse traslado é feito em um cartório de primeiro ofício, no domicílio da pessoa ou no Distrito Federal", explicou. "Por isso, esses casos eram feitos no DF: eram pessoas que não tinham domicílio no Brasil. Com o traslado, eram emitidas as certidões de nascimento, registradas no Livro E, de onde vem o nome da investigação", completou.

Coelho informou que uma eventual ligação com atividades terroristas será apurada pela Polícia Federal, que vai investigar se algum dos indivíduos presos tem vínculo com alguma organização terrorista. "Foi noticiado nos meios de comunicação que um dos suspeitos teria sido piloto de Osama bin Laden. Na nossa investigação, confirmamos que ele era, de fato, piloto e que veio ao Brasil nessa condição, mas não conseguimos afirmar que tenha vínculo com o terrorismo", disse o coordenador.

Divulgação/PCDF



Estrangeiro é preso em Brasília tentando ir a Dubai com passaporte falso